



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objetivo é a eventual **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS E MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO**, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	AGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE GALÃO 5 L	UND	12
02	ÁLCOOL 70º LÍQUIDO FCO 1L	UND	50
03	DETERGENTE ENZIMÁTICO FCO 1L	UND	5
04	ODOPOVIDONA/PVPI 10% TÓPICO FCO 1L	UND	5
05	TINTURA DE IODO 2% FCO 1L	UND	2
06	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% FCO 1L	UND	10
07	ATROPINA 1% INJ FRASCO 10ml	UND	15
08	ACEPROMAZINA 0,2% INJ FCO 20ML	UND	06
09	VITAMINA K INJ FRASCO 20 ML – VETERINÁRIO	UND	15
10	VITAMINA B12 INJ FRASCO 20 ML – VETERINÁRIO	UND	15
11	CETAMINA 10% INJ FRASCO 10 ML – VETERINÁRIO	UND	50
12	PROPOFOL 10mg/ml 20ml CX 5 AMPOLAS	UND	5
13	XILAZINA 2% FRASCO 10 ML – VETERINÁRIO	UND	50
14	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG INJETAVEL	UND	90
15	MIDAZOLAM 5MG INJETÁVEL CAIXA COM 10 AMPOLAS (3ML)	CX	06
16	TIOPIENTAL 1G – CX COM 25 UNIDADES O medicamento TIOPIENTAL só pode ser adquirido através de RECEITA AZUL (médicos e farmacêuticos)	CX	05
17	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% FCO 10 ML	UND	30
18	MORFINA INJETÁVEL 10MG/ML – AMPOLA CX 50 UNIDADES	UND	01
19	DIAZEPAM 5MG/ML INJETÁVEL – AMPOLA CX 50 UNIDADES	UND	01
20	ENROFLOXACINO 10% INJ FCO 50 ML	UND	10
21	MELOXICAM INJETÁVEL 0,2% - FCO 20ML VET	UN	25
22	TRAMADOL 100MG/2ML – AMPOLA CX 5 UNIDADES	UND	10
23	IMIDOCARB INJETAVEL FRASCO 15ML	UND	10
24	SORO RL- FRASCO DE 500ML	UND	500
25	MÁQUINA DE TOSA PROFISSIONAL - COM LÂMINA Nº 10 CERAMICEDGE DE 1.5MM- PARA BANHO E TOSA (MODELO REFERÊNCIA ANDIS BIVOLT AGCB2 – SPEED)	UND	01
26	EQUIPO MACROGOTAS INJETOR LAT	UND	150
27	EQUIPO MICROGOTAS INJETOR LAT	UND	100
28	CATETER VENOSO PERIFÉRICO 22 G CX 100UN	CX	5
29	CATETER VENOSO PERIFÉRICO 24 G CX 100UN	CX	10
30	SCALP VENOSO PERIFÉRICO 21 G CX 100UN	CX	2
31	SCALP VENOSO PERIFÉRICO 23 G CX 100UN	CX	2
32	SERINGA 1 ML (INSULINA) C/ AGULHA LUER SLIP	UND	800
33	SERINGA 3ML C/ AGULHA LUER LOCK	UND	500
34	SERINGA 10ML	UND	300
35	SERINGA 20ML	UND	200
36	AGULHA HIPODERMICA DESCARTÁVEL 25x7 CX C/100 UN	CX	2
37	FRASCO ALMOTOLIA 250ML C/ BICO RETO BRANCO	UND	10
38	TOUCA CIRÚRGICA DESC SANFONADA EMB 100 UN	UND	03
39	CABO P/ BISTURI 04 EM AÇO INOXIDÁVEL	UND	06
40	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16 CM	UND	06
41	TESOURA CIRÚRGICA MAYO RETA ROMBA-ROMBA 16 CM	UND	06
42	PINÇA HEMOSTÁTICA CRILE RETA 16 CM	UND	12



43	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY RETA 16 CM	UND	12
44	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY CURVA 16 CM	UND	12
45	PINÇA HEMOST HALSTED/MOSQUITO RETA 12 CM	UND	6
46	PINÇA HEMOST HALSTED/MOSQUITO CURVA 12 CM	UND	6
47	PINÇA ALLIS RETA 15 CM	UND	24
48	LÂMINA DE BARBEAR (TIPO GILLETTE) PCT 60 UNID	PCT	10
49	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM 6.5 PAR	UND	2000
50	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM 7.5 PAR	UND	500
51	LUVA PROCEDIMENTO LÁTEX TAM P CX 100UN	CX	10
52	LUVA PROCEDIMENTO LÁTEX TAM M CX 100UN	CX	5
53	PAPEL TOALHA PCT 2 ROLOS	PCT	50
54	ALGODÃO HIDROFILO ROLO 500G	UND	2
55	COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO 4 CAMADAS NÃO ESTÉRIL 45CM X 50CM C/ 50 UNIDADES	PCT	10
56	FIO DE SUTURA NYLON AGULHADO 2-0 CUTICULAR 3/8 CIRC TRG 2,0CM EMBALAGEM COM 24 UNIDADES	UND	15
57	FIO DE SUTURA NYLON AGULHADO 0 CUTICULAR 3/8 CIRC TRG 2,0CM EMBALAGEM COM 24 UNIDADES	UND	15
58	FIO DE SUTURA POLIGALACTINA 910 AGULHADO 2-0 EMBALAGEM COM 36 UNIDADES	UND	10
59	FIO DE SUTURA POLIGALACTINA 910 AGULHADO 0 EMBALAGEM COM 36 UNIDADES	UND	20
60	KIT SONDAS ENDOTRAQUEAIS VETERINÁRIAS TAMANHOS VARIADOS (KIT 10-14UN.)	KIT	2
61	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA PROTEÇÃO DESCARTÁVEL CX 50 UNIDADES	CX	5
62	CAIXA DESCARPAC DESCARTÁVEL COLETOR PERFUROCORCORTANTES 7L	UND	10
63	FOCINHEIRA POLIPROPILENO KIT COM 5 TAM.	KIT	02
64	FOCINHEIRA FELINO DE NYLON VELCRO KIT COM 3 TAM.	KIT	03
65	CAMBÃO VETERINÁRIO RETRÁTIL TAM G	UND	02
66	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL	UND	03
67	TERMÔMETRO CLÍNICO ECOLÓGICO DE VIDRO	UND	01
68	ROLO ENVELOPE AUTOCLAVE 20cm x 100m	UND	01
69	OTOSCÓPIO VETERINÁRIO LED	UND	01
70	KIT LARINGOSCÓPIO INOX (CABO E LÂMINAS) FIBRA ÓPTICA LED	UND	01
71	MESA CIRÚRGICA VETERINÁRIA EM AÇO INOX ALTURA REGULÁVEL COM SUPORTE E BALDE	UND	01
72	MESA MAYO AUXILIAR INOX COM RODÍZIOS	UND	01
73	MESA AUXILIAR CURATIVO 40x60x80cm INOX	UND	01

1.2. Serão considerados para fins de escolha do melhor preço os valores alcançados pelo Departamento de Compras, na ocasião da pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, os quais serão devidamente apurados pelo referido Departamento para fins de utilização como parâmetro para o futuro certame.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Animais em Condição de Vulnerabilidade são aqueles que vivem sob tutela das famílias classificadas abaixo da faixa de pobreza, ou que vivem nas ruas, porém que recebem cuidados de pessoas além daquelas que os tutelam.

2.2. Animais em situação de vulnerabilidade social podem sofrer de maus-tratos, abandono, acidentes de trânsito, além de transmitir doenças como verminoses, Doença dos carrapatos, Miases, Sarnas, Leishmaniose, Leptospirose, Raiva animal, entre outras que podem afetar a saúde pública e o meio ambiente.

2.3. A castração é um procedimento cirúrgico simples e seguro, realizado por veterinários qualificados pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Agricultura. Os objetivos dessas cirurgias veterinárias são o controle da natalidade de cães e gatos sem raça definida (SRN), a fim de se mitigar os malefícios supracitados.



2.4. Sendo assim, é primordial envidar esforços para contratar empresa especializada no fornecimento de materiais e medicamentos de uso veterinário, seguindo os parâmetros do Termo de Referência

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

3.2. São considerados comuns, pois é possível sua definição e de seus padrões de desempenho e de qualidade objetivamente no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado em que se inserem.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A solução proposta é a **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS E MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO**, por um período de 12 (doze) meses.

4.2. O serviço é enquadrado como **contínuo**.

4.3. O fornecimento deste item apresenta-se sempre como uma **solução usual**, não empregando novas tecnologias ou formas alternativas de fornecimento.

4.4. A presente contratação enquadra-se como **solução simples**, sem a necessidade de se adquirir outro produto/serviço para completar sua funcionalidade.

4.5. O fornecedor será selecionado por meio da realização de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRONICA, com adoção do critério de julgamento por fornecer o MENOR VALOR POR ITEM, pelo sistema de registro de preço, permitindo que os empenhos e ordens de entrega aconteçam conforme necessidade da administração e disponibilidade orçamentária no **decorso de 01 (um) ano de vigência** do Contrato.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os itens em questão deverão estar em conformidade com as normas técnicas e recomendações da ABNT, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

5.2. A contratada deverá efetuar a entrega em perfeitas condições, no local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;

5.3. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

5.4. Fica o contratado responsável pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.5. A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos medicamentos por ventura entregues com inconsistência, danificados ou não compatíveis com as especificações, sem custo adicional para a contratante.

5.6. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.7. Caso haja necessidade de convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, esta convocação poderá ser realizada de modo remoto via online.

5.8. Os produtos deverão estar dentro da data de validade, sendo que esta não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias da data de entrega do mesmo, ao setor requisitante. E as embalagens deverão conter data de fabricação e validade legíveis;

5.9. Os produtos deverão estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não sendo permitido enviar materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

5.10. A contratante resguarda-se ao direito não receber itens entregues transportados sem o devido acondicionamento, fora da data de validade ou próximo da data de vencimento, com embalagens danificadas ou apresentando qualquer sinal de contaminação ou outro indicio de irregularidade

5.11. Deverá conter, obrigatoriamente, na Nota Fiscal as seguintes informações: Nome do medicamento, a quantidade fornecida, o valor unitário e total dos itens. Além disso, encaminhar as certidões e demais documentos necessários à liquidação da despesa.



5.12. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)

5.13. Não será permitido a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.14. A contratada será responsável pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, alimentação, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.15. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Contrato.

5.16. A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos não transfere à contratante a responsabilidade por seu pagamento.

Subcontratação

5.17. Fica vedada a transferência para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. Mecanismos formais de comunicação

São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.1.1 Ordem de Serviço;
- 6.1.2. Ata de Reunião;
- 6.1.3. Ofício;
- 6.1.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.1.5. E-mails e Cartas; smamasumidouro@gmail.com
- 6.1.6. Telefones; (22) 2531-1494

Forma de fornecimento

6.2. A entrega será realizada na Sede da Secretaria Municipal de Agricultura, endereço Rodovia RJ 148, Asa Norte, sem número, de segunda a sexta-feira, no horário de 9h às 16h. Deixando devidamente apto para uso, conferido por funcionário, não podendo conter nenhuma avaria ou adulteração.

6.3. No caso de o contratado ficar impossibilitado de comprimir o prazo previsto, o mesmo deverá comunicar à Administração, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.4. A fiscalização da contratação será exercida pelos representantes da Administração indicados neste termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato serão os servidores:

7.2.1. Fiscal técnico/contrato: Gabriela Francisco Corguinha

7.2.2. Gestor do Contrato: Andressa Chermant Lima

7.2.3. Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



7.2.4. Os fiscais do contrato informarão a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.5.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

7.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos/refeitos no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).



8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.2.3.1. o prazo de validade;
- 8.2.3.2. a data da emissão;
- 8.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.2.3.5. o valor a pagar; e
- 8.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.2. Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.2.3.1.o prazo de validade;
- 8.2.3.2.a data da emissão;
- 8.2.3.3.os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.2.3.4.período respectivo de execução do contrato;
- 8.2.3.5.o valor a pagar; e



8.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado, nos termos do art. 7 da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive a retenção que trata a IN 1234/2012 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4026/2024.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A contratação será realizada por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na sua forma ELETRÔNICA, pelo sistema de registro de preço com critério de julgamento por MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos dos artigos 75º, inciso II, 17, § 2º, e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021. Para o fornecimento do objeto pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação



9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.10. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com abrangência das Contribuições Sociais previstas em lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida ativa da União, ou outra(s) equivalente(s), tal(ais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;
- 9.11. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;
- 9.12. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (sede e domicílio da Licitante), através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

Qualificação Técnica

- 9.13. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.14. Cópia de licença de funcionamento da Empresa expedida pela ANVISA e/ou MAPA, Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde estiver instalado, quando necessário.

10. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

- 10.1. Não se aplica.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O custo estimado total da contratação ou valor de referência para aplicação do MENOR PREÇO será o constante da planilha orçamentária anexa a este documento, conforme preconiza o item 1.2 do presente termo.



11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Secretaria de Agricultura: 2001.2012200272.072.3390.30.00.17040000

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Sumidouro-RJ, 05 de fevereiro de 2025.

<div>Fiscal de Contrato Gabriela Francisco Corguinha Matrícula n. 24.08.5144</div>	<div>Gestor do Contrato Andressa Chermaut Lima Matrícula n. 22.08.4950</div>
---	---

Autoridade Competente

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Joel de Simas da Silva
Secretario Municipal de Agricultura
Mat. 25.05.5288